

EDITORIAL

Este número especial “América Latina – Teorias Pós-Coloniais, Educação e Direitos Humanos” se insere no campo de investigação cuja centralidade é conferida a uma crítica radical da produção eurocêntrica, etnocêntrica e patriarcal do conhecimento produzido a partir das preocupações da agenda do Norte Global sobre os sujeitos do Sul Global. Os artigos partem, portanto, de uma leitura pós-colonial. O que isso significa em termos de interpretações, abordagens, temas a tratar, agendas a construir, eixos norteadores e cartografias a desenhar?

Primeiramente, significa uma viragem de cunho metodológico. A produção de conhecimento, nesse campo, é com e a partir das perspectivas subalternas silenciadas, invisibilizadas e marginalizadas ao longo da história colonial e, mesmo após o fim do colonialismo como relação política, subsistem as formas de dominação patriarcal, etnocêntrica e eurocêntrica nas relações sociais. O desafio, aqui, consiste em tomar consciência desse processo e, com recurso às sociologias das ausências e das emergências, nos termos de Boaventura de Sousa Santos, na obra *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política* (2010), visibilizar os conhecimentos, as experiências e as práticas produzidos por grupos subalternizados. A sociologia das ausências, ao expandir o domínio das experiências reconhecíveis, incluindo na consideração da realidade social conhecimentos e práticas de sujeitos invisibilizados, a sociologia das



emergências expande o campo de possibilidades das experiências sociais. Ambas, ao atuarem associadas, contribuem para tornar credíveis, múltiplas e diversas as experiências e seus protagonistas. Essa questão é, particularmente, sensível e relevante para a América Latina, alvo do projeto colonial europeu acompanhado do seu projeto educativo inserido na perspectiva da dominação colonial.

Segundo e, a par da viragem metodológica, partir de leituras que consideram os lugares dos grupos subalternizados e em diálogo com estes, significa problematizar a perspectiva da ecologia de saberes. As experiências de conhecimentos só se tornam credíveis e, portanto, consideradas relevantes, se pautadas na ecologia. Uma ecologia em que a ciência moderna ocidental constitui um dos conhecimentos credíveis ao lado de outros. A ecologia de saberes parte da consideração da diversidade epistemológica do mundo e inclui a pluralidade interna da própria atividade científica. Para a pauta educativa, a perspectiva da ecologia permite que as experiências e conhecimentos de diversos grupos sociais sejam considerados relevantes na prática pedagógica. Significa realçar as vozes dos sujeitos que fazem o ato dialógico de educar. Significa partir da perspectiva do oprimido, mas não nela ficar, para que o mesmo possa superar a condição de objeto próprio da educação bancária, tradicional, largamente problematizada por Paulo Freire em suas diversas obras, sobretudo, em a *Pedagogia do Oprimido*, escrita no período do exílio chileno.

Terceiro, construir uma outra cartografia, com a superação das linhas abissais, problematizadas por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses em *Epistemologias do Sul* (2010), em direção a um pensamento pós-abissal baseado na ecologia de saberes, na interculturalidade e nas aprendizagens globais a partir das perspectivas do Sul Global. A tônica desse processo é que nenhuma cultura é auto-suficiente, se fazendo necessária a promoção de

diálogos interculturais com um pé numa e noutra cultura, o que Boaventura de Sousa Santos (2010) chamou de diálogo intercultural com recurso à hermenêutica diatópica.

Nesse cenário, os artigos publicados neste número problematizam dimensões do projeto colonial europeu e sua crítica, sobretudo, questões concernentes à formação de professores indígenas numa perspectiva intercultural; ao direito internacional contemporâneo, cuja produção é influenciada pelas relações de dominação colonial; o direito educacional no novo constitucionalismo latino-americano; concepções e abordagens sobre direitos humanos e educação jurídica, além da questão relativa ao controle social e à responsabilidade estatal. O número especial encerra com uma resenha crítica, elaborada por David Gomes.

Não há dúvida de que os estudos pós-coloniais ganharam relevo e centralidade na última década, sobretudo, a partir da produção científica de grupos de investigadores tanto do Norte Global com do Sul. Nesse cenário, os artigos desse número especial cumprem o papel de contribuir e fomentar o debate no campo de investigação sobre estudos que partem de uma crítica da modernidade ocidental eurocêntrica e etnocêntrica.

Profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges